

XIX Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo
Florianópolis, 20 a 22 de Outubro de 2025.

GOVERNANÇA AGROALIMENTAR E COOPERAÇÃO SUL-SUL: BRASIL E
CHINA NA DISPUTA POR PARADIGMAS NO SISTEMA-MUNDO

Eduarda Paz Trindade, Mestre em Sociologia e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Integra os grupos de pesquisa Sociologia das Práticas Alimentares (SOPAS/UFRGS) e Território, Estado e Raça (TERRA/UFRGS), além de compor a equipe do INCT Participa. Atualmente é bolsista de doutorado do CNPq.

Ângelo Belletti, Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Integra o Grupo de Pesquisa em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD/UFRGS). Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-RS).

Resumo expandido: O trabalho tem como objetivo analisar a cooperação Brasil-China no campo da agricultura e da segurança alimentar a partir da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), investigando se essa relação representa uma alternativa à hegemonia do agronegócio global ou uma reformulação da dependência estrutural que caracteriza os países semiperiféricos. Parte-se da hipótese de que, diante da crise alimentar global intensificada pela pandemia de COVID-19, por disputas geopolíticas e pela financeirização da agricultura, observa-se uma acirrada disputa por modelos de governança agroalimentar. Nesse contexto, a cooperação técnico-científica e política entre Brasil e China, marcada por acordos envolvendo instituições como a EMBRAPA, a FAO, a China Agricultural University e o MST, pode ser interpretada como um esforço de construção de um paradigma alimentar alternativo, fundado na soberania alimentar, na inovação agroecológica e na articulação Sul-Sul. Ao mesmo tempo, a China permanece sendo o principal destino de diversas *commodities* agrícolas brasileiras, estimulando a intensificação de ciclos produtivos frequentemente destrutivos das condições socioambientais no Brasil. Essa relação paradoxal sugere a existência simultânea de dois caminhos: reprodução intensificada do modelo de agronegócio exportador, sem ruptura evidente da lógica centro-periferia; e espaço para uma cooperação Sul-Sul orientada à valorização da agroecologia e da soberania alimentar. Frente a essa dualidade, a pergunta que norteia este estudo é: a governança agroalimentar entre Brasil e China no século XXI constitui uma ruptura com a lógica centro-periferia do sistema-mundo ou uma reconfiguração funcional à reprodução do capitalismo global? Além disso, busca-se compreender em que medida países semiperiféricos podem emergir como polos de contra-hegemonia no campo agroalimentar e rural, e quais os limites estruturais desse movimento. Para tanto, mobiliza-se um referencial teórico que combina a tradição da EPSM (Wallerstein, 1974; Arrighi, 2007) com contribuições contemporâneas sobre o papel da China no capitalismo global (Jessop, 2015; Jabbour; Gabriele, 2021), além de literatura sobre soberania alimentar e agroecologia (Altieri & Toledo, 2011; Schiavoni, 2017). A pesquisa combina métodos qualitativos e quantitativos. Em termos qualitativos, realiza-se análise documental de acordos bilaterais e multilaterais relacionados à agricultura e segurança alimentar, relatórios da FAO e documentos técnicos da EMBRAPA. Essas fontes são analisadas criticamente, comparando-se as propostas políticas formuladas por Brasil e China. Complementarmente, realiza-se análise quantitativa exploratória dos fluxos comerciais agroalimentares entre os dois países, usando dados da FAOStat, IBGE e National Bureau of Statistics of China. Essa combinação permite traçar um panorama integrado das interações sino-brasileiras no campo agroalimentar. Os achados iniciais confirmam a permanência da dualidade destacada na problemática. Identificam-se iniciativas que sinalizam uma governança agroalimentar mais inclusiva e sustentável, como projetos de transferência tecnológica agrícola e diálogos políticos no âmbito da FAO voltados à agricultura familiar e à agroecologia. Por outro lado, observa-se a intensificação das cadeias globais de *commodities*, especialmente soja, carnes e minérios, mantendo padrões tradicionais de inserção periférica do Brasil no sistema agroalimentar mundial. Essa dinâmica reforça práticas econômicas tradicionais, reproduzindo estruturas hierárquicas históricas do

sistema-mundo. Assim, a relação sino-brasileira é ambivalente: coexistem esforços de inovação contra-hegemônica e mecanismos tradicionais de dependência. Os resultados sugerem que a cooperação Brasil-China na agricultura não é completamente transformadora, nem meramente reprodutora da ordem vigente. Ela incorpora elementos potenciais de ruptura e continuidade estrutural. Em linha com Friedmann (2005) e McMichael (2009), percebe-se que a emergência de um novo paradigma agroalimentar contra-hegemônico convive com a reconfiguração de relações clássicas centro-periferia adaptadas à realidade contemporânea. Portanto, a resposta à pergunta de pesquisa permanece ambígua: a parceria sino-brasileira pode apontar para caminhos de superação da lógica do sistema-mundo ou reforçá-la sob novas formas. O aprofundamento da investigação, ampliando-se a coleta de dados e a análise crítica, poderá esclarecer os condicionantes e limites dessa ambivalência, contribuindo ao debate sobre possibilidades de uma nova governança agroalimentar global.

Palavras Chave: Cooperação Sul-Sul; Soberania alimentar; Agroecologia; Commodities agrícolas; Regimes Alimentares.

Governança Agroalimentar e Cooperação Sul-Sul: Brasil e China na disputa por paradigmas no Sistema-Mundo

1. Introdução

Nas últimas décadas, os sistemas alimentares globais têm passado por transformações profundas, impulsionadas por crises sucessivas - econômicas, sanitárias, climáticas e geopolíticas - que tensionam as bases da segurança alimentar em escala planetária. Nesse contexto, o estudo das relações internacionais em torno da produção e circulação de alimentos torna-se cada vez mais relevante, sobretudo quando analisado à luz das assimetrias históricas do sistema-mundo capitalista. A interdependência entre países, a financeirização da agricultura e o domínio das cadeias globais de valor moldam os fluxos alimentares internacionais, definindo quem produz, quem consome e quem lucra com a alimentação em um mundo marcado pela desigualdade estrutural.

A partir desse cenário, este artigo propõe uma análise da relação Brasil-China no campo da agricultura e da segurança alimentar, mobilizando a perspectiva teórica da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) e dos Regimes Alimentares. A escolha desse referencial se justifica pela capacidade analítica que oferece para compreender as hierarquias globais entre centro, periferia e semiperiferia, bem como para interpretar os regimes alimentares como expressões históricas do desenvolvimento desigual do capitalismo. A questão central que orienta o estudo é: a governança agroalimentar entre Brasil e China no século XXI constitui uma ruptura com a lógica centro-periferia do sistema-mundo ou uma reconfiguração funcional à reprodução do capitalismo global?

A relevância da investigação se intensifica diante de um cenário contemporâneo marcado por uma tripla inflexão: a crise alimentar global, intensificada pela pandemia de COVID-19 e por instabilidades geopolíticas; a ascensão da China como ator-chave no sistema agroalimentar internacional; e os crescentes debates sobre alternativas sustentáveis ao modelo hegemônico de produção agrícola, ancoradas na agroecologia, soberania alimentar e cooperação Sul-Sul. A análise das interações sino-brasileiras nesse campo revela uma ambivalência estrutural: de um lado, a reprodução das lógicas do agronegócio exportador, baseado em cadeias longas, monocultivos e degradação socioambiental; de outro, o surgimento de iniciativas técnico-científicas e políticas que apontam para modelos alternativos de produção e distribuição de alimentos.

Ao abordar essa dualidade, o artigo insere-se em um campo de debate mais amplo sobre a configuração atual dos sistemas alimentares globais e a possibilidade de emergência de paradigmas contra-hegemônicos. O conceito de sistemas alimentares é aqui entendido como o conjunto articulado de processos que envolvem a produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, fortemente influenciados por decisões políticas, estruturas de poder e dinâmicas econômicas globais. Os fluxos alimentares internacionais, nesse sentido, não são apenas expressão de relações comerciais, mas também dispositivos geopolíticos que refletem e perpetuam desigualdades estruturais (OLIVEIRA, 2018).

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem mista, combinando análise qualitativa de documentos técnicos e políticos com análise quantitativa dos fluxos comerciais agroalimentares entre Brasil e China. O referencial teórico articula autores clássicos da EPSM, como Wallerstein (1974) e Arrighi (2007), contribuições dos Regimes Alimentares (MCMICHAEL, 2016; FRIEDMANN, 1989) com leituras contemporâneas sobre o papel da China no capitalismo global (JESSOP, 2015; JABBOUR; GABRIELE, 2021) e sobre as possibilidades de transição agroalimentar a partir da agroecologia e soberania alimentar (ALTIERI; TOLEDO, 2011; SCHIAVONI, 2017).

A estrutura do artigo segue a seguinte lógica: ademais da presente introdução, na primeira seção explora-se o conceito de Sistema-Mundo e os Regimes Alimentares. Em seguida, analisa-se o papel da China nos fluxos de commodities e nas cadeias agroalimentares globais, com destaque para a soja brasileira. Posteriormente, aborda-se o potencial transformador da cooperação Sul-Sul no campo da agroecologia, com ênfase nas articulações envolvendo pequenos produtores e instituições públicas. Por fim, a discussão é retomada à luz da hipótese central: trata-se de um novo paradigma em gestação ou de uma renovação da dependência histórica?

Com isso, o artigo busca contribuir para o debate crítico sobre os rumos da agricultura global e as possibilidades reais de transformação estrutural do sistema alimentar, considerando os limites e potencialidades da cooperação entre países semiperiféricos em um mundo ainda marcado pela lógica centro-periferia.

2. O Sistema-Mundo e os Regimes Alimentares

A presente seção apresenta o conceito de Regimes Alimentares e sua relação com a interpretação do Sistema-Mundo. Na transição do século XIX para o XX, o contexto de expansão do imperialismo europeu estimulou o debate marxiano acerca das dinâmicas de produção e da posição dos países na estrutura internacional (FARIA, 1999). As proposições de Nikolai Bukharin (1976), Karl Kautsky (1986) e Rosa Luxemburgo (1976), por exemplo, apesar de divergentes em suas conclusões, ilustravam a emergência de uma divisão internacional do trabalho, com diferentes nações dotadas de distintos poderes. A Europa, como berço do capitalismo, seria o centro desse sistema e a responsável por sua expansão – ainda que heterogênea – pelo globo. Durante o período do imperialismo, configurou-se um cenário no qual a Europa em industrialização encontrava, nos países americanos, africanos e asiáticos, uma fonte constante de matérias-primas e mercados em potencial. Com isso, originaram-se ciclos de acumulação de capital centralizados em determinados países, tanto em termos de poder quanto de destino das mercadorias, enquanto os demais ocupavam posições de dependência e periferização no cenário econômico dominante. Conformava-se, assim, um sistema econômico global no qual diferentes regiões dispunham de distintos níveis de acesso à economia mundial, com economias centrais industriais e periferias essencialmente agrícolas.

Abordagens posteriores, em diálogo com a ideia de níveis de poder na esfera internacional, avançaram nesse debate, com destaque para a construção do Sistema-Mundo (FIORI, 2014;

WALLERSTEIN, 2004; BRAUDEL, 1987; WALLERSTEIN, 1974). Autores como Braudel e Wallerstein romperam com a centralidade exclusivamente econômica do debate marxiano pioneiro e incorporaram dimensões culturais e políticas às reflexões (OLIVEIRA, 2018). Dessa forma, tornou-se possível aprofundar a análise das correlações entre o sistema capitalista, a economia de mercado e os efeitos sobre a vida material dos indivíduos (BRAUDEL, 1987).

A abordagem dos Regimes Alimentares surge em um movimento de constrição do foco – ao observar especificamente o setor agrícola – e, ao mesmo tempo, de ampliação dos elementos em consideração. Manteve-se a lente estruturalista, mas foram incorporados debates sobre construções de significados e possibilidades de agência nas relações internacionais¹.

Assim, a perspectiva dos Regimes Alimentares é pautada pelo estudo da correlação entre níveis de poder político e econômico na esfera internacional e a produção agrícola global (MCMICHAEL, 2016; FRIEDMANN, 1978). Para essa análise, são propostas três problemáticas disparadoras: onde, como e por quem é produzido determinado produto agroalimentar na esfera internacional? Onde, como e por quem é consumido? E quais são os efeitos socioecológicos das relações de produção e consumo nessas composições? (BERSTEIN, 2016). Percorrendo esse traçado, Friedmann e McMichael (1989) identificaram dois grandes períodos históricos em que atores em posição de poder na estrutura econômica (Estados, conglomerados privados e coalizões entre ambos) atuaram em favor da implementação de práticas (desenvolvidas por empresários, investidores e setores produtivos) e de organizações (agências multilaterais, bancos, burocracias estatais, organizações não governamentais) que construíssem quadros benéficos a seus processos de acumulação de capital e centralização econômica (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016). Em outras palavras, formas institucionais de produção, circulação e consumo foram moldadas sob o estímulo desses atores para a satisfação de seus interesses (OTERO, 2012; FRIEDMANN, 2005; MCMICHAEL, 2005).

O Primeiro Regime Alimentar concentrou-se no Reino Unido entre 1870 e 1930. Em plena expansão industrial, o Estado inglês fomentou produções agrícolas que forneciam matéria-prima para as indústrias emergentes e alimentos capazes de reduzir o custo da mão de obra. As mercadorias centrais eram trigo e carne, provenientes especialmente da Argentina, Canadá, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia (BERSTEIN, 2016). A Inglaterra, centro desse regime, tornou-se o *workshop of the world*², enquanto os demais países foram caracterizados predominantemente como agrícolas (MCMICHAEL, 2016; FRIEDMANN, 2005).

¹ Diferentes autores desenvolveram maiores ou menores inclinações sobre considerações para além das estruturas. Harriet Friedmann, por exemplo, traz nas suas produções contemporâneas um conjunto de interpretações mais próximas aos atores e as conformações desses, enquanto Philip McMichael mantém um foco maior na estrutura internacional (BERSTEIN, 2016; MCMICHAEL, 2009; FRIEDMANN, 2005). Também por essas divergências que os Regimes Alimentares são alvos de diversos questionamentos na sua validade enquanto perspectiva independente, sendo frequentemente assimilada ao Sistema Mundo ou como uma releitura da Teoria da Regulação (MCMICHAEL, 2016; BERSTEIN, 2016; ARAGHI, 2003; FARIA, 1999).

² Expressão proferida por Benjamin Disraeli, então Primeiro-Ministro britânico, em 1838 em Assembleia na House of Commons (LENIN, 1974)

O Regime trouxe três consequências para a Economia-Mundo capitalista. A primeira foi a emergência de economias nacionais especializadas em produções exportáveis (MCMICHAEL, 2016). A segunda consistiu na conformação de países periféricos – especialmente asiáticos e africanos – como fornecedores de têxteis, perfumarias, drogas e especiarias para o continente europeu. No caso inglês, esses fluxos comerciais possibilitaram que o país se tornasse um ponto logístico intermediário de diversos mercados (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989). A terceira consequência foi a emergência da proteção do mercado nacional e da disputa por posições no sistema econômico do período. Com a busca pelo fortalecimento nacional, a agricultura ganhou importância tanto na esfera externa, ao integrar os fluxos comerciais, quanto na esfera interna, ao responder a projetos nacionais dos países envolvidos (BERSTEIN, 2016; FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989).

A transição do século XIX para o XX foi marcada pela ascensão de outros países na disputa por posições econômicas privilegiadas. No campo da produção, a seleção de culturas voltadas à exportação tornou-se central. Processos até então exclusivos da racionalidade industrial urbana passaram a ser aplicados ao meio agrícola – especialmente por meio de conceitos como retornos potenciais, investimentos, custo de oportunidade e afins. Como efeito, as produções comerciais ganharam força na busca pela maximização da eficiência produtiva, tendo em vista o retorno marginal de lucro (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989). É nesse arcabouço que, de acordo com Friedmann (2005), emergiu a transformação cultural central do Primeiro Regime Alimentar: propriedades agrícolas, mesmo que de menor escala, passaram a ser integralmente voltadas à comercialização.

Ao longo do século XX, o cenário europeu, afetado pelas duas guerras mundiais, mostrou-se vulnerável na manutenção de seu poder, abrindo espaço para a emergência de uma nova hegemonia centrada na economia estadunidense. O Segundo Regime ocorreu entre 1940 e 1970, período em que os Estados Unidos se tornaram o novo centro de acumulação. Nesse momento, a complexidade das camadas envolvidas na construção do poder se intensificou (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989). O setor agrícola tornou-se cada vez mais central como canal de acumulação de capital e garantia de estabilidade cambial. Assim, exportar produtos de maior valor agregado e importar matérias-primas tornou-se uma forma de estabilizar o câmbio internacional, especialmente após a instituição do padrão dólar-ouro em *Bretton Woods*, em 1944 (MCMICHAEL, 2016; POLANYI, 1944). No caso dos Estados Unidos, não ocorreu um abandono da importância do comércio agrícola, mas sim um reposicionamento do setor dentro da esfera mais ampla da economia do país.

Na emergência do novo regime, os países foram afetados de maneira heterogênea, conforme sua posição na ordem internacional (BERSTEIN, 2016). No Norte Global, foram implementadas políticas protecionistas, controle de preços e garantias de produção. No caso dos Estados Unidos, essas práticas visavam garantir o abastecimento interno de matérias-primas e possibilitar o uso do excedente como “apoio humanitário” a países em reconstrução no pós-guerra ou em processo de independência – tanto por meio do Plano Marshall quanto da *Public Law 480*, de 1953 (BERSTEIN, 2016). Esses

apoios humanitários serviam, conforme Friedmann (2005), como forma de desestabilizar culturas alimentares locais e estimular a dependência de produtos importados.

Outro movimento atrelado ao Norte Global foi a construção de complexos agroindustriais transnacionais³, caracterizados pela centralização do capital e pela difusão da produção. Esse processo se destacou especialmente pela expansão dos canais de produção, circulação e consumo de dietas centradas na proteína animal e no complexo grãos-carne (ESCHER, 2016); pela profusão de alimentos ultraprocessados e de longa durabilidade (NIEDERLE; WESZ JR, 2018); e pela utilização de culturas-base para a produção de açúcar e óleo vegetal – especialmente cana-de-açúcar, soja e milho (BERSTEIN, 2016).

A proteína animal foi introduzida, por meio de promoção político-comercial, como um alimento essencial e convencionalizado para as populações ocidentais. Nos Estados Unidos, o consumo de carne de frango, que se manteve estável em 2,5 quilogramas por pessoa entre 1910 e 1940, atingiu 30,1 quilogramas por pessoa em 1985 (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989). A produção em larga escala de animais, frequentemente em confinamento, estimulou a massificação das indústrias de ração animal, gerando um mercado contínuo para soja e milho.

Se o binômio petróleo e indústria automobilística era o motor do setor industrial, soja e proteína animal tornaram-se o equivalente no setor agroalimentar. Em decorrência, companhias de processamento, embalagem e transporte de carnes, ovos e leite cresceram vertiginosamente nesse período, assim como os abatedouros de animais (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989).

No Sul Global, por sua vez, houve o impacto dos grãos estadunidenses subsidiados – especialmente trigo e soja. Produzir grãos para comercialização tornava-se inviável devido à concorrência norte-americana, ao mesmo tempo em que a produção interna também era afetada pelo baixo preço das importações. Soma-se a essa problemática o fato de que, embora os atores tivessem liberdade dentro das realidades nacionais para desenvolver suas práticas, a emergência do padrão dólar impunha a necessidade de escoamento internacional como canal de obtenção de divisas para reinvestimentos (FRIEDMANN, 2005). Em conduta complementar, intensificaram-se os discursos que vinculavam o desenvolvimento ao processo etapista, no qual a produção de grãos seria uma necessidade para um crescimento posterior (BERSTEIN, 2016), bem como à propagação de hábitos de consumo ligados ao comércio global, rompendo com as cadeias locais de abastecimento (MCMICHAEL, 2016).

O Segundo Regime Alimentar carregou consigo, assim, um processo econômico profundamente vinculado a discursos de idealização de práticas de consumo e produção específicas. Países periféricos que optassem por desenvolver produções próprias dos grãos em disputa também poderiam contar com pacotes tecnológicos patenteados, produzidos e comercializados pela própria

³ É exatamente desse período a emergência do conceito de agribusiness na publicação de John Davis e Ray Goldberg, “The concept of agribusiness”, em 1957. A acepção original do termo apontava na direção de um sistema de produção atrelado aos diferentes setores sociais. Posteriormente o conceito ganharia camadas de posições políticas e sociais, especialmente no caso brasileiro (POMPEIA, 2021).

indústria estadunidense (FRIEDMANN, 2005). A intensificação da quimificação e da mecanização agrícola deu vazão a diversas indústrias estadunidenses de maquinário pesado e de equipamentos militares em desuso após as duas guerras. A denominada Revolução Verde surgiu do conjunto triplo de escoamento industrial, promoção de práticas agrícolas específicas e manutenção do conhecimento produtivo centralizado no território dos Estados Unidos (BERSTEIN, 2016).

Esses processos geraram quatro consequências: (i) países empobrecidos frequentemente ficaram endividados devido a importações caras e exportações básicas (disparidade de preços); (ii) aumento da presença de corporações na coordenação e produção agrícola; (iii) disputa por liberalização entre Estados e conglomerados; (iv) bloqueio comercial entre EUA e URSS, que gerava manipulação e segregação ideal⁴ no sistema econômico internacional capitalista (FRIEDMANN, 2005). Progressivamente, os países periféricos tornaram-se dependentes da tecnologia e da lógica produtiva centralizada na economia estadunidense (FRIEDMANN, 2005).

Com a década de 1970, entretanto, novos eventos influenciaram a redefinição das mecânicas de produção e circulação. A crise do petróleo aumentou o custo dos fluxos internacionais. Ao mesmo tempo, a busca por produções alternativas – como o biodiesel – trouxe possibilidades de aproveitamento dos grãos, reforçando o aumento dos preços das *commodities*. O endividamento dos países em relação aos pacotes tecnológicos atingiu níveis elevados, simultaneamente ao surgimento de novos atores no mercado internacional de grãos, como Brasil, Argentina e a própria União Soviética⁵ (BERSTEIN, 2016). É nesse contexto que se abriu o debate sobre a conformação de um Terceiro Regime Alimentar.

A emergência de um Terceiro Regime passa pelo questionamento do que define um regime. McMichael (2016) retoma a ideia de que os Regimes Alimentares são recortes que caracterizam formas de acúmulo de capital por meio de fluxos agrícolas e do suporte do Estado. Como, então, localizar a emergência de um Regime Corporativo centrado no capital privado? Para esse debate, o autor retoma a ideia de regime enquanto exercício de hegemonia sobre os demais. Essa hegemonia, dialogando com Gramsci, é exercida por um Estado dominante em relação a outros por meio do controle da moeda e da centralização dos fluxos comerciais internacionais (BURAWOY, 2003). McMichael aponta para a tendência de dois elementos que levariam à centralização comercial sob a direção das grandes corporações, conferindo-lhes o exercício da hegemonia nesse molde. O primeiro está na emergência do padrão dólar flexível, desvinculado da necessidade de garantias em ouro e, portanto, aberto à relação direta com estoques de ouro nacionais. O segundo processo refere-se ao conjunto de implementações da Organização Mundial do Comércio que, em diálogo com o fomento constante do neoliberalismo por outros órgãos, possibilitaria que grandes conglomerados atuassem

⁴ Visto que a alta produção soviética – especialmente de grãos – imporia uma alta competição aos produtores estadunidenses.

⁵ Os Regimes Alimentares sofrem críticas de serem excessivamente centrado no eixo atlântico ao analisar os fluxos comerciais (ARAGHI, 2003). De fato é notável esse processo ao desconsiderar dos levantamentos históricos os fluxos que a União Soviética, China e outros países asiáticos desenvolveram durante todo o século XX.

internacionalmente sem depender continuamente do poder estatal de origem – uma vez que tarifas, legislações e incentivos poderiam ser tratados via organismos multilaterais (MCMICHAEL, 2016; OTERO, 2012; MCMICHAEL, 2005).

O Regime Corporativo emergiu, sob esses pressupostos, na década de 1980, como o projeto de globalização neoliberal, no qual rompeu-se com a lógica de os Estados regerem a estrutura de funcionamento da economia de mercado, passando-se a uma prática em que as corporações organizam a economia de mercado e influenciam os Estados, com destaque principal para a financeirização (BERSTEIN, 2016; OTERO, 2012).

A distinção entre processos financeiros – existentes desde o século XVI (GONÇALVES, 1984) – e a financeirização pode ser ilustrada pelo preço das commodities. A criação de créditos agrícolas e a fixação de preços futuros em contratos de compra e venda possuem registros desde o século XVIII, especialmente na realidade anglo-saxã (FAIRBAIRN, 2016). Ao longo do século XX, porém, surgiram diversas práticas relacionadas à especulação sobre preços futuros, sobretudo nos Estados Unidos. Em 1922, por exemplo, a aprovação legislativa do *Grain Futures Act* definiu como crime a especulação sobre preços de commodities dentro do país (CLAPP, 2014).

No decorrer do referido século, diversas legislações flexibilizaram o controle sobre a circulação de instrumentos financeiros relacionados às commodities, fenômeno ainda mais acentuado com a liberalização dos mercados de crédito nas décadas de 1980 e 1990 (CLAPP, 2014). Nos anos 2000, novas promulgações criaram a categoria financeira de derivativos agrícolas, possibilitando a compra e venda de contratos relacionados ao preço de commodities, mesmo sem a concretização material final da transação (ISAKSON, 2014). Ou seja, houve um distanciamento entre o produto físico e a flutuação do valor atribuído a ele (ISAKSON, 2014). Como consequência, ocorre a desvinculação entre o preço dos alimentos e as dinâmicas de oferta e demanda. Assim, são múltiplos os indícios de volatilidade de preços no mercado internacional de alimentos, ocasionados pela flutuação e especulação sobre os diferentes elementos que definem o valor de troca dos agroalimentos (FAIRBAIRN, 2016; SCHUTTER, 2010). Essa dinâmica afeta tanto a lógica de matérias-primas baratas, predominante no Primeiro e Segundo Regime, quanto a alimentação e a manutenção das populações que enfrentam dificuldade de acesso ao básico para sua reprodução social (MCMICHAEL, 2016).

Atrelado à financeirização, intensifica-se a construção de um ideário privatista sobre a natureza, especialmente por meio da biotecnologia e dos organismos geneticamente modificados (OGMs). Segundo Oliveira e Hecht (2016), o período produtivo contemporâneo é caracterizado pela emergência de uma *neonature*, pautada por uma natureza distante do padrão biológico original e profundamente afetada pela ação antrópica. Esses elementos ficam evidentes na definição da Organização Mundial do Comércio, ao endossar a possibilidade de patentes intelectuais sobre organismos vivos – especialmente plantas (MCMICHAEL, 2016; LEFF, 2016).

Agregam-se a essa dinâmica as práticas de *land grabbing*, que permitem que atores internacionais – organizações, empresas privadas e países – adquiram controle sobre propriedades em outras localidades. Esses processos ocorrem tanto de forma direta, por meio da compra de terras (FURTADO; ALVES, 2020), quanto de forma indireta, como no caso do *meat grabbing* analisado por Schneider (2014).

Os três regimes debatidos podem ser sintetizados considerando que a trajetória histórica é cumulativa e dialética; portanto, a contemporaneidade também é signatária dos processos anteriores. É sobre essa base que os elementos analisados na presente pesquisa operam. Por meio das diferentes formas de poder – militares, econômicos, políticos, sociais, diplomáticos e afins –, os centros dos Regimes Alimentares constituem espaços detentores do maior potencial de influência sobre dinâmicas sociais relacionadas à formação institucional nos diferentes países. Retomando a perspectiva de instituições em seus contextos sócio-históricos, estas emergem e se transformam de acordo com os conflitos decorrentes da circulação de poderes nesses ambientes (BECKERT, 2007; BLOCK; EVANS, 2005).

Diante desse percurso histórico dos Regimes Alimentares – do papel central britânico na formação do Primeiro Regime, passando pela hegemonia estadunidense no Segundo, até a financeirização e a centralidade corporativa no Terceiro – observa-se que cada momento reorganizou a relação entre Estados, empresas e fluxos agroalimentares em escala mundial, com efeitos diretos sobre a especialização produtiva e a posição dos países na Economia-Mundo. Nesse sentido, torna-se pertinente questionar se as atuais exportações agrícolas brasileiras para a China reproduzem tais estruturas consolidadas de dependência e hierarquização globais ou se sinalizam um rompimento capaz de inaugurar novas formas de inserção internacional, com potenciais implicações para a dinâmica do agronegócio e para a própria configuração do sistema alimentar contemporâneo.

3. Exportação, *commodities* e cadeias longas

As relações agroalimentares entre Brasil e China no século XXI estruturam-se em torno de fluxos massivos de *commodities*, sobretudo a soja, articulados por cadeias globais de valor extensas. Nas últimas décadas, a soja consolidou-se como a principal *commodity* no comércio bilateral: entre 2016 e 2018, cerca de 34% de todas as exportações agrícolas brasileiras destinaram-se à China, sendo que os grãos de soja responderam por aproximadamente 60% do valor exportado pelo Brasil ao mercado chinês (IPEA, 2021). Em 2019, a demanda chinesa atingiu um pico significativo – cerca de 60 milhões de toneladas de soja brasileira foram compradas pela China, representando 77% de toda a soja exportada pelo Brasil naquele ano (UNITED STATES, 2020). Esses números ilustram o papel central da soja nos fluxos agrocomerciais sino-brasileiros e o grau de dependência mútua: a China depende do Brasil para alimentar seu rebanho e indústria de carnes, enquanto o agronegócio brasileiro depende do apetite chinês para escoar sua produção. Esse estreitamento comercial foi possibilitado pela convergência de tendências internas: de um lado, o aumento da renda e do consumo de proteína

animal na China impulsionou a busca por ração (farelo de soja); de outro, a expansão acelerada da produção de soja no Brasil posicionou o país como fornecedor privilegiado para suprir o mercado chinês. Desse modo, a soja tornou-se não apenas um item de exportação, mas o eixo estruturante de uma cadeia longa Brasil-China, ligando fazendas no Cerrado brasileiro a granjas e frigoríficos chineses em um circuito globalizado.

A China não se limita a ser compradora passiva de soja: por meio de investimentos em infraestrutura e parcerias estratégicas, ela se posiciona como agente de governança da cadeia global, influenciando preços, fluxos e padrões de comércio da *commodity* (LUU; COATES, 2012). Do lado brasileiro, a massificação da produção de soja foi simultaneamente causa e consequência dessa integração Sino-Brasileira nas cadeias globais de valor. A partir dos anos 1990 e especialmente nos 2000, políticas de abertura comercial, crédito rural farto e inovação tecnológica (como sementes transgênicas e maquinário avançado) impulsionaram uma verdadeira revolução no agronegócio da soja. A área plantada e a produtividade cresceram exponencialmente, expandindo-se para novas fronteiras agrícolas – notadamente regiões do Cerrado e do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Como resultado, o Brasil passou de coadjuvante a líder mundial na sojicultura: em 2020, alternava com os Estados Unidos o posto de maior produtor global de soja, respondendo individualmente por cerca de 1/3 da produção mundial (ESCHER; WILKINSON, 2019).

Essa expansão interna esteve fortemente atrelada à demanda externa, sobretudo chinesa, consolidando cadeias produtivas longas em que o grão brasileiro integra um circuito transnacional – do insumo agrícola até o produto final. Grandes conglomerados do agronegócio global desempenham papel-chave nessa integração: tradicionalmente o comércio de grãos foi dominado pelas chamadas ABCD (ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus), mas na última década observaram-se novas dinâmicas. Empresas de capital nacional e novas tradings estrangeiras ganharam participação, reconfigurando o topo das exportações brasileiras. Ainda assim, a estrutura permanece concentrada – em 2019, as quatro maiores empresas exportadoras responderam juntas por quase 45% da soja exportada (BRASIL, 2020) – evidenciando o caráter oligopólico e globalizado da cadeia.

A integração às cadeias globais de valor, portanto, ocorreu via inserção subordinada do Brasil como fornecedor de matéria-prima em larga escala, articulado a redes logísticas e financeiras controladas por multinacionais. O país especializou-se no elo primário (produção agrícola e esmagamento inicial), enquanto os segmentos de maior valor (processamento avançado, fabricação de ração e criação de proteína animal) em grande medida se concentram fora, particularmente na Ásia. Essa dinâmica reforça a especialização primária-exportadora brasileira, ao mesmo tempo em que aprofunda sua interdependência com o sistema alimentar global regido pelo capital internacional.

As consequências socioambientais desse modelo de expansão agroexportadora são motivo de intenso debate. A frente pioneira da soja avançou sobre ecossistemas sensíveis, contribuindo para o desmatamento em regiões da Amazônia e, principalmente, do Cerrado. Grandes extensões de vegetação nativa foram convertidas em monocultura, frequentemente através de queimadas e

derrubadas legalizadas na esteira do progresso agrícola. Em algumas áreas, essa conversão se aproximou perigosamente de terras indígenas e unidades de conservação, quando não incidiu diretamente sobre elas, causando conflitos fundiários e ameaçando modos de vida tradicionais. Um exemplo citado ocorreu no Mato Grosso, onde queimadas para preparar plantios de soja chegaram às bordas da Terra Indígena Wawí (povo Kĩsêdjê), trazendo fumaça e devastação a poucos quilômetros das aldeias (MONGABAY, 2020).

Além da perda de biodiversidade e do desequilíbrio climático regional, o cultivo extensivo da soja sobrepõe-se a territórios agrícolas familiares, alterando paisagens e expulsando comunidades locais. No oeste do Pará, por exemplo, a instalação de um porto da Cargill em Santarém (2003) desencadeou um boom de soja no Planalto Santareno, resultando na desapropriação gradual de pequenos agricultores. Dezenove povoados rurais desapareceram desde então, suprimidos pelo avanço das fazendas mecanizadas e pela contaminação ambiental, forçando famílias camponesas a abandonarem suas terras (BRASIL DE FATO, 2024). A expansão da fronteira agrícola, portanto, não tem sido um fenômeno vazio demograficamente: ela frequentemente implica concentração fundiária, grilagem e deslocamento de populações tradicionais, gerando impactos sociais profundos.

Do ponto de vista analítico, a atual configuração do fluxo de commodities Brasil-China suscita uma leitura crítica à luz da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM). Sob a lente sistêmica inaugurada por Wallerstein (1974) e outros, pode-se argumentar que a relação reforça padrões clássicos de dependência centro-periferia: o Brasil, apesar de potência agrícola, desempenha o papel de exportador de produtos primários de baixo valor agregado, enquanto a China – posicionada como potência emergente na semiperiferia do capitalismo global – apropria-se desses insumos para alavancar sua indústria e segurança alimentar. Essa dinâmica reproduz a lógica histórica em que economias periféricas se especializam em commodities, ficando vulneráveis às oscilações de preço e subordinadas às necessidades do centro. No caso em questão, o centro dinâmico é ocupado pela China, que utiliza seu poder de mercado e investimento para ditar termos e capturar parte significativa do valor. Para o Brasil, isso significa uma reconfiguração da dependência: em vez de depender dos antigos centros ocidentais, passa a depender fortemente da demanda e do capital chineses – o que alguns autores caracterizam como uma “dependência de nova geração”, ainda funcional à reprodução do capitalismo global e de suas assimetrias estruturais (JENKINS, 2012; OLIVEIRA, 2018). Em outras palavras, a inserção brasileira na cadeia global da soja sob liderança chinesa não rompe integralmente com o padrão de subordinação; antes, atualiza-o dentro de um contexto geopolítico alterado.

Por outro lado, à luz da perspectiva dos Regimes Alimentares, essa conjuntura pode ser interpretada como parte de um Terceiro Regime Alimentar de caráter corporativo e neoliberal (MCMICHAEL, 2016; FRIEDMANN, 2005). Nessa leitura, a globalização das cadeias agroalimentares nas últimas décadas – marcada pela financeirização, pela liberalização comercial e pelo poder crescente de corporações transnacionais – configura um regime no qual fluxos como o da

soja Brasil-China são elementos centrais. A ascensão da China como grande importadora de alimentos e investidora em recursos naturais alheios insere-se nesse regime e, possivelmente, reconfigura suas hegemonias internas: alguns autores sugerem que poderíamos estar testemunhando uma transição hegemônica dentro do sistema alimentar, com a China deslocando os EUA como principal definidor de padrões e estratégias agrícolas globais (MCKAY; GIMENEZ, 2019; JABBOUR; GABRIELE, 2021). No entanto, essa transição não necessariamente altera a lógica básica do regime, que continua assentada em monoculturas em escala, cadeias longas de suprimento e concentração de poder econômico. De fato, a China tem adotado em grande medida as práticas do regime vigente o que indica mais uma continuidade adaptativa do que uma ruptura transformadora. Assim, na síntese de Friedmann e McMichael (1989), os fluxos agroalimentares refletem relações de poder historicamente construídas; no caso Brasil-China, a predominância da soja e do modelo agroindustrial exportador aponta para a perpetuação de um padrão de acumulação em que novos atores (a China, neste caso) passam a ocupar a posição de mando, mas os papéis estruturais de cada país pouco se alteram (Brasil como provedor de matéria-prima, China como processador e consumidor dominante).

Diante disso, surge a questão central: essa relação agroalimentar configura um novo paradigma contra-hegemônico ou apenas uma renovação da dependência? Os elementos analisados sugerem uma ambivalência estrutural. Por um lado, o discurso de cooperação Sul-Sul e os volumes impressionantes de comércio poderiam sinalizar uma nova forma de parceria, potencialmente benéfica para ambos os lados. Por outro lado, persiste uma assimetria profunda: o padrão produtivo e comercial mantém o Brasil na posição de exportador primário, enfrentando problemas sociais e ambientais domésticos, enquanto a China colhe os frutos de segurança alimentar e vantagem geoeconômica. À luz da EPSM, isso se assemelha a uma reedição da lógica centro-periferia, ainda que com atores invertidos; e sob os Regimes Alimentares, parece encaixar-se na continuidade de um regime corporativo global, não em sua superação. Em suma, a governança agroalimentar sino-brasileira em torno da soja tende mais à reprodução de dependências históricas do que à construção de um paradigma realmente alternativo. Tal constatação reforça a importância de se questionar os limites desse modelo e de se buscar caminhos de transição agroalimentar que rompam com as cadeias longas predatórias.

4. Agroecologia e outras formas de relação com a terra

A emergência da agroecologia como paradigma alternativo ganha relevância diante do modelo agroexportador hegemônico, baseado em monoculturas de commodities. No Brasil, a inserção subordinada na economia internacional como grande exportador de produtos agrícolas consolidou um agronegócio de caráter latifundiário, com uso intensivo de insumos químicos e pressão sobre os ecossistemas. Esse modelo agroexportador apresenta limitações intrínsecas para alcançar a sustentabilidade nas múltiplas dimensões – ambiental, social e econômica – conforme preconizado pela agroecologia e pela soberania alimentar. De fato, a China hoje figura como principal parceira

comercial agrícola do Brasil, demandando commodities produzidas em larga escala sob um padrão produtivo marcado por desmatamento e agrotóxicos. Em contraposição, existe um outro Brasil rural formado por milhões de agricultores familiares, camponeses, quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais, responsáveis por mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, em sistemas de produção diversificados e de menor impacto ambiental (MST, 2025).

A agroecologia valoriza esses sujeitos e seus saberes, propondo uma relação com a terra pautada na diversificação produtiva, no respeito aos ciclos naturais e na justiça social – em suma, uma ruptura paradigmática frente à lógica do agronegócio. Trata-se de uma abordagem que desafia a hegemonia do regime alimentar corporativo dominante, no qual grandes corporações concentram poder e ditam normas de mercado que inibem a permanência de sistemas locais sustentáveis. Ao promover circuitos curtos de comercialização, biodiversidade e autonomia dos produtores, a agroecologia oferece caminhos concretos para a construção de um sistema agroalimentar contra-hegemônico, orientado pela soberania alimentar e por formas mais justas de relação sociedade-natureza.

Nos últimos anos, Brasil e China têm buscado aproximar suas agendas agrícolas além do comércio de commodities, por meio de cooperação técnica e científica voltada ao fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável. Desde 2022, observam-se iniciativas bilaterais pioneiras nesse sentido. Um marco inicial foi a parceria firmada entre o Consórcio Nordeste (que reúne governos estaduais do NE brasileiro) e a Universidade Agrícola da China, por meio de um memorando de entendimento com seu Instituto Internacional de Inovação em Equipamentos Agrícolas e Agricultura Inteligente. Essa parceria abriu espaço para intercâmbio de conhecimento e mecanização apropriada no semiárido nordestino, contando com a participação de movimentos sociais (como o MST), universidades e órgãos locais de assistência técnica.

Concretamente, em 2024 a China enviou ao Brasil um lote inicial com dezenas de máquinas e implementos agrícolas de pequeno porte para serem testados em condições reais de campo. Ao todo, 50 máquinas voltadas à agricultura familiar foram doadas ao Brasil mediante acordo entre a Universidade de Agricultura da China (UAC), a Universidade de Brasília (UnB) e a Associação Internacional para Cooperação Popular. Esses equipamentos vêm sendo avaliados na Fazenda Água Limpa da UnB e em assentamentos de reforma agrária do MST, no âmbito de um Acordo de Cooperação para Testagem e Gestão de Máquinas Agrícolas (MST, 2024). Esse enfoque de mecanização adaptada busca suprir uma lacuna histórica: hoje menos de 3% da agricultura familiar nordestina é mecanizada, o que limita a produção e sobrecarrega fisicamente os produtores (BRASIL DE FATO, 2025). A introdução de tratores e implementos apropriados visa, portanto, elevar a geração de alimentos saudáveis (sem ampliar a área desmatada), melhorar a qualidade de vida no campo e atrair a participação de jovens nas atividades agrícolas.

Diversos acordos recentes estruturam essa cooperação. Em maio de 2025, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) do Brasil e o Ministério da Agricultura e

Assuntos Rurais da China assinaram um Memorando de Entendimento voltado a impulsionar a mecanização e a inovação tecnológica na agricultura familiar brasileira. Esse documento prevê o fortalecimento das relações institucionais, investimentos e pesquisa conjunta em agricultura de pequena escala, com foco em tecnologias apropriadas, maquinário especializado e uso de energia renovável aplicados à agricultura familiar. A iniciativa busca promover a modernização sustentável do setor, difundindo máquinas e equipamentos financeiramente acessíveis aos pequenos produtores. Também incentiva parcerias entre empresas chinesas e brasileiras para a produção local desses equipamentos, por meio da instalação de fábricas no Brasil.

Em última instância, essa aliança agroalimentar sino-brasileira tem sido impulsionada pelos interesses de grandes corporações do agronegócio e pelos Estados nacionais em expandir suas fronteiras agrícolas, o que implica riscos de subordinação parcial à lógica do capitalismo global. De fato, o grosso das relações agrícolas entre os dois países continua assentado no comércio de commodities em larga escala, reproduzindo características do regime alimentar corporativo neoliberal – como a financeirização, a concentração de mercado e a especialização produtiva – ainda que agora em chave Sul-Sul. Nesse contexto, as iniciativas de cooperação em agroecologia enfrentam o desafio de escalar e estruturar-se para além de projetos piloto. Ou seja, sem um aprofundamento e ampliação contínuos – com respaldo de políticas de Estado robustas e participação ativa da sociedade civil –, há o risco de tais programas permanecerem isolados ou serem incorporados como meros apêndices do paradigma dominante, em vez de alterarem as estruturas de poder no sistema alimentar.

Isto é, a cooperação Brasil-China em agroecologia e agricultura familiar revela potencialidades significativas: integra conhecimento científico e saberes tradicionais, promove inovações técnico-socialmente adequadas e fortalece pequenos produtores, contribuindo para objetivos comuns de segurança alimentar, mitigação das mudanças climáticas e redução da pobreza rural. Esses elementos indicam uma direção de desenvolvimento mais inclusiva e sustentável, possivelmente alinhada a um projeto contra-hegemônico de longo prazo. Todavia, à luz da EPSM e da teoria dos regimes alimentares, tais iniciativas ainda convivem com limites estruturais importantes. Elas se desenvolvem em meio a um regime global em que prevalecem relações desiguais de poder e de mercado; portanto, sua efetividade transformadora dependerá de até que ponto conseguirão subverter a lógica dominante (centrada em lucro, escala global e homogeneização) e consolidar uma nova lógica pautada na cooperação, na soberania alimentar e na diversidade. A resposta definitiva a essa tensão está em aberto: a parceria agroecológica sino-brasileira poderá representar um embrião de ruptura pós-hegemônica no sistema agroalimentar mundial, desde que se expanda e se sustente politicamente; caso contrário, corre o risco de permanecer subordinada aos imperativos do modelo vigente, servindo apenas como correção periférica a um padrão de desenvolvimento ainda essencialmente orientado pelas commodities e pelos atores hegemônicos tradicionais.

5. Com quais reflexões ficamos?

A literatura recente enfatiza que o chamado regime alimentar corporativo – marcado pela dominação de corporações transnacionais – estruturou o atual sistema agroalimentar global. Philip McMichael (2009) argumenta que, na ordem neoliberal contemporânea, as grandes empresas do agronegócio organizam cadeias globais de valor e impõem suas regras de comércio internacional, financistas e estados nacionais, configurando um regime centrado no capital privado. Em consonância, Harriett Friedmann (2005) observa que, embora hoje emergem demandas ambientais e de segurança alimentar, essas são apropriadas seletivamente pelas cadeias industriais, dando contornos ao que ela chama de regime alimentar corporativo-ambiental. Em ambos os casos, destacam-se elementos comuns: concentração de poder em grandes conglomerados, dominação de cadeias globais coordenadas por instituições multilaterais e crescente financeirização do setor agropecuário.

Paradoxalmente, porém, a literatura contemporânea sugere que o regime atual não se apresenta como um bloco monolítico, mas como um arranjo em transição ou fragmentação. Convivem nele tendências opostas: de um lado, subsiste o modelo agroexportador-financeirizado – pautado por monoculturas intensivas, gigantes corporativos e cadeias de valor longas – que aprofunda a lógica centro-periferia; de outro, ampliam-se experiências sociotécnicas alternativas pautadas na agroecologia, na soberania alimentar e na cooperação Sul-Sul. Essas práticas insurgentes questionam diretamente o regime vigente. De fato, a soberania alimentar propõe a reterritorialização do abastecimento, fortalecendo ecologias alimentares locais e direitos à terra, em nítido contraste com a desmesura das cadeias globais. Assim, ao lado dos fluxos commodities estão disputas por mercados locais, circuitos curtos de produção e redes solidárias – indicando uma tensão interna ao atual sistema.

A relação Brasil-China exemplifica essa ambivalência interna. A intensificação das exportações brasileiras de soja para a China e o controle chinês sobre cadeias globais de commodities reproduzem e reforçam o regime alimentar dominante (fluxos largos de grãos, dependência de mercados externos, financeirização agrícola). Simultaneamente, vimos que a cooperação técnica sino-brasileira em agroecologia, programas de capacitação e projetos de desenvolvimento local ensaiam saídas que apontam na direção de outro paradigma. Em outras palavras, a parceria Sino-Brasileira incorpora simultaneamente elementos de ruptura contra-hegemônica e de continuidade da lógica centro-periferia. Essa dupla face está presente em nossas análises sobre soja, cadeias longas e cooperação: ora reforça o agronegócio globalizado, ora abre brechas para práticas contrárias ao modelo convencional.

Essas evidências sugerem que o regime alimentar atual está em processo de fragmentação/transição, sem que uma forma completamente nova tenha se tornado hegemônica. Essa dinâmica ambivalente revela potencial de transformação limitado por estrangulamentos estruturais. Há, portanto, motivos para certa cautela: o poder corporativo permanece enorme e as regras do jogo financeiro e comercial dificilmente cedem sem disputa. Mas a existência simultânea de alternativas – pautadas em agroecologia, soberania e cooperação – sinaliza caminhos de mudança. Em última análise, as reflexões nos deixam com uma questão política aberta: é possível transitar para um novo

paradigma contra-hegemônico nas relações alimentares, ou simplesmente reiniciamos um ciclo reconfigurado da dependência estrutural? O caso Brasil–China mostra que as rupturas são reais, mas contidas. Romper de fato com o regime dominante exigirá articular lutas sociais e políticas em escala global, construindo alianças entre esses pólos ainda em tensão.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A.; TOLEDO, Victor M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, 2011.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*. Verso, 2007.

BECKERT, Jens. The great transformation of embeddedness: Karl Polanyi and the New Economic Sociology. *Max Planck Institute for the Study of Societies Discussion Paper 07/1*, 1 25, 200a.

BERNSTEIN, Henry. Agrarian political economy and modern world capitalism: the contributions of food regime analysis. *The Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 3, 2016.

BLOCK, Fred; EVANS, Peter. The State and the Economy. In: SMELSER, Neil J.; SWEBERG, Richard (ed.). *Handbook of Economic Sociology*. New Jersey: Princeton University, 2005.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. *Informativo*. 2020. Disponível em:
<<http://www.mdic.gov.br/sitio/secex/secex/informativo.php>>.

Brasil de Fato. *Cercadas pela soja e pelo veneno, comunidades rurais estão desaparecendo junto com a Amazônia na região de Santarém* (PA). Brasília: Brasil de Fato, 10 dez. 2024. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/12/10/cercadas-pela-soja-e-pelo-veneno-comunidades-rurais-estao-desaparecendo-junto-com-a-amazonia-na-regiao-de-santarem-pa/>.

Brasil de Fato. *Parceria Brasil-China para mecanização da agricultura familiar fortalece produção agroecológica*. Brasília: Brasil de Fato, 21 fev. 2025. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2025/02/21/parceria-brasil-china-para-mecanizacao-da-agricultura-familiar-fortalece-producao-agroecologica/>.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987

BUKHARIN, Nikolai I. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1976.

BURAWOY, Michael. For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics and Society*, v. 31, n. 2, 2003.

CLAPP, Jennifer. Financialization, distance and global food politics. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 5, 2014.

ESCHER, Fabiano. *Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento Rural: Uma análise institucional comparativa entre Brasil e China*. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 57, n. 4, 2019.

FAIRBAIRN, Madeleine. Finance and the Food System. In: BONANNO, Alessandro; BUSCH, Lawrence (ed.). *Handbook of the International Political Economy of Agriculture and Food*. Michigan: Edward Elgar Publication, 2016

FARIA, Luiz A. E.. Capitalismo, espaço e tempo. *Ensaio FEE*, v. 20, n. 1, 1999.

FIORI, José. L. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014

FRIEDMANN, Harriet. Simple commodity production and wage labour in the american plains. *The Journal of Peasant Studies*, v. 6, n. 1, 1978.

FRIEDMANN, Harriet; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, v. 29, n. 2, 1989.

FURTADO, Paloma C.; ALVES, Vicente E. Investimentos chineses, reestruturação produtiva e transformações no espaço agrário do bioma de Cerrados do Centro Norte do Brasil. *Revista OKARA: Geografia em debate*, v. 14, n. 2, p. 473 – 492, 2020.

GONÇALVES, Octavio Augusto. *A expansão da soja no Rio Grande do Sul (1950 – 1975)*. Porto Alegre: FEE, 1984

ISAKSON, S. Ryan. Food and finance: the financial transformation of agro-food supply chains. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 5, 2014.

IPEA. *Medidas não-tarifárias afetam exportações agrícolas para China*. Brasília: IPEA, 30 ago. 2021. Disponível em:
https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?id=38430&option=com_content&view=article.

JABBOUR, Elias.; GABRIELE, Alberto. *China: o socialismo do século XXI*. Boitempo, 2021.

JENKINS, J. Craig. The American State and the Management of Contention. In: SNOW, D.; SOULE, S.; KRIESI, H. (org.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Malden: Wiley-Blackwell, 2012.

JESSOP, Bob. Rethinking the diversity of capitalism in light of the variegated capitalism approach. In: LEE, E.; MATTHEWS, M. (Eds.). *Reconsidering Globalization(s)*. Palgrave Macmillan, 2015.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LUU, Nghi; COATES, Brendan. China's emergence in global commodity markets. *Economic Roundup Issue n.1 – Australian Government*, 2012. Disponível em:
<<https://treasury.gov.au/publication/economic-roundup-issue-1-2012-2/economic-roundup-issue-1-2012/chinas-emergence-in-global-commodity-markets>>

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

McKAY, Ben; GIMÉNEZ, Eric H. The dialectics of food sovereignty. *Globalizations*, v. 16, n. 1, p. 1-15, 2019.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. Agriculture and the State System: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, v. 29, n. 2, 1989.

McMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, 2009.

McMICHAEL, Philip. Global development and the corporate food regime. *Research in Rural Sociology and Development*, v. 11, 2005.

McMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, 2009.

McMICHAEL, Philip. *Regimes alimentares e questões agrárias*. São Paulo; Porto Alegre: Unesp; UFRGS, 2016.

Mongabay Brasil. *Corrida pela soja aproxima desmatamento de terras indígenas no MT*. Porto Velho: Mongabay Brasil, ago. 2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/08/corrída-pela-soja-aproxima-desmatamento-de-terras-indigenas-no-mt/>.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Brasil e China lideram parceria do sul global por agroecologia e soberania alimentar*. Brasília: MST, 9 abr. 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/2025/04/09/brasil-e-china-lideram-parceria-do-sul-global-por-agroecologia-e-soberania-alimentar/>.

NIEDERLE, Paulo A.; WESZ JUNIOR, Valdemar. *As Novas Ordens Alimentares*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

OLIVEIRA, Gustavo; HECHT, Susanna. Sacred groves, sacrifice zones and soy production: globalization, intensification and neo-nature in South America. *The Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 2, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *A questão agrária no Brasil: a formação do território agrário e a luta pela reforma agrária*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

OTERO, Gerardo. The neoliberal food regime in Latin America: state, agribusiness transnational corporations and biotechnology. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 33, n. 3, 2012.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As origens da nossa época*. São Paulo: Compos, 1944.

POMPEIA, Caio. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.

SCHIAVONI, C. M. The contested terrain of food sovereignty construction: toward a historical, relational and interactive approach. *The Journal of Peasant Studies*, v. 44, 2017.

SCHNEIDER, Mindi. Developing the Meat Grab. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 4, 2014.

SCHNEIDER, Sergio; SCHUBERT, Maycon N.; ESCHER, Fabiano. Regimes Agroalimentares e o lugar da agricultura familiar - uma apresentação ao debate. *Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias*, v. 1, no 1, 2016.

SCHUTTER, Olivier De. *Food Commodities Speculation and Food Price Crises*. United Nations Special Report, United Nations, 2010.

UNITED STATES. Department of Agriculture – USDA. *PSD Online*. Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/home>.
WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System*. Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.